

# As medidas anunciadas pelo Governo

## OBJETIVO É COMPENSAR PERDA DE R\$ 2,4 BILHÕES NA ARRECADAÇÃO



### AUMENTO DE RECEITA:

A partir de 1º de fevereiro, acaba a permissão para que as empresas deduzam da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) um ponto percentual da alíquota de **3%** da Cofins, incidente sobre o faturamento. A partir dessa mesma data, a alíquota da CSLL também será reduzida de **12%** para **9%**. Essas mudanças serão feitas com medida provisória e, com isso, o Governo espera arrecadar **R\$ 1,2 bilhão** em 1999.



### CORTES:

O Ministério do Planejamento e Orçamento vai negociar com o Congresso cortes de **R\$ 1,2 bilhão** nas despesas com investimentos previstas na proposta orçamentária de 2000.



### EMENDA:

O Governo pretende negociar nos próximos dias com o Congresso o encaminhamento de uma emenda constitucional que permita cobrar a contribuição previdenciária dos servidores inativos. Segundo o ministro Pedro Malan, tanto o aumento da Cofins quanto os cortes poderão ser revogados se o Congresso aprovar essa emenda.



### JUROS:

As remessas de recursos para pagamentos de juros de empréstimos toma-dos no exterior passarão a ser tributadas em **15%** de Imposto de Renda. A nova alíquota vale para contratos fechados a partir de 1 de janeiro de 2000. Atualmente, a maioria dos contratos com prazo superior a oito anos é isento. Não há previsão de ganho de receita.



### INVESTIDOR ESTRANGEIRO:

A partir de 1º de janeiro, os investimentos estrangeiros que vierem de paraísos fiscais serão tributados com Imposto de Renda com as mesmas alíquotas do capital nacional. Atualmente, os

investidores estrangeiros têm tributação reduzida, chegando a serem isentos em alguns casos, como a aplicação em fundos de investimento em ações. O favorecimento tributário é mantido para investidores de outros países que não forem paraísos fiscais. Não há previsão de arrecadação.



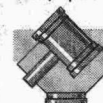
### DAY TRADE:

A partir de 1º de janeiro, os ganhos em operações de um dia (day trade) no mercado financeiro passam a ser taxados em **1%** de IR na fonte. O imposto deve ser recolhido pelas corretoras e o investidor pode deduzir o valor pago do IR que é calculado no fim de cada mês sobre o resultado global das operações. A medida não visa a aumentar a receita, mas a obrigar a identificação dos investidores para evitar lavagem de dinheiro.



### RENDA FIXA E VARIÁVEL:

A partir de 1º de janeiro, as alíquotas de imposto de renda dos investimentos em renda variável (ações) terão aumento escalonado para que a tributação fique igual às cobradas em aplicações em renda fixa, que é de **20%** de IR.



### CÓDIGO TRIBUTÁRIO:

O projeto de lei complementar será enviado ao Congresso alterando o Código Tributário. Prevê que as liminares contra cobrança de impostos só valem por um ano; facilita a punição de empresas ou pessoas físicas que usam laranjas; amplia a definição de base tributável para permitir que uma nova lei ordinária estabeleça regras para que mais pessoas e empresas paguem imposto; cria normas novas para evitar manobras para fugir da tributação; estabelece o fim da ação civil pública em processos tributários; e flexibiliza o sigilo fiscal, permitindo sua quebra em caso de ações penais, inscrições na Dívida Ativa da União e parcelamento ou moratória de débitos.

## TRADUZINDO O ECONOMÊS

### 1- COFINS:

É a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social. É cobrada sobre o faturamento de todas as empresas.

### 2- CSLL:

É a Contribuição Social sobre Lucro Líquido das empresas. Os recursos obtidos tanto com a Cofins como com a CSLL são destinados ao Orçamento da seguridade social, que inclui saúde, previdência social e assistência social.

### 3- DAY TRADE:

São as operações feitas no mercado financeiro por apenas um dia. O investidor compra e vende aproveitando as oscilações do mercado.

### 4- RENDA VARIÁVEL:

São as aplicações feitas nas bolsas de valores. Podem ser a compra e venda de ações ou também a aplicação em fundos de ações.

### 5- RENDA FIXA:

São aplicações remuneradas pelas taxas de juros, a caderneta de poupança e os fundos de renda fixa são exemplos.